

Em boa hora esta dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica da PUC (1993) surge em livro, para que um público - que espero bem amplo - possa aprender e usufruir de um texto ao qual a própria autora se refere como "inusual, pouco conhecido academicamente na universidade brasileira: aproximar a psicanálise de uma experiência política militante". Afirmação que eu amplo em extensão: esta aproximação é também inusual fora da universidade. Penso que não se pode atribuir a ausência apenas à dificuldade de trânsito entre campos de conhecimento de constituição singular; uma certa evitação, que ultrapassa as questões epistemológicas, tem mantido a psicanálise longe do que se refere ao político.

De qualquer forma, o interesse desta publicação não reside apenas no seu ineditismo, embora este tenha também um valor em si - o de romper um asséptico silêncio. Ao mencionar que é em boa hora que se dá este lançamento, não o fiz por formalismo; é que, entre outros aspectos, se trata de um texto no qual a solidariedade e a criação conjunta fazem sentido, constituindo-se num respiro em meio a uma atmosfera abafada onde tendem a predominar, até como valores instituídos, os individualismos descrentes.

Em vários momentos a autora explicita a cautela no trabalho realizado, pontuando que ele é de uma aproximação da psicanálise com fragmentos da vida clandestina - mostrando, ao vivo, como o rigor que impede fáceis e deslizantes sobreposições não é incompatível com o pensamento que "põe em relação", enrique-

Psicanálise e política — uma saída da clandestinidade

Resenha de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, *Pacto Revelado. Psicanálise e clandestinidade política*, São Paulo, Ed. Escuta, 1994, 220 p.

endo-se com isto. Há uma circunscrição precisa: no desenvolvimento do texto vai sendo tecida a articulação entre a vertente econômica da metapsicologia freudiana com a experiência de clandestinidade relatada por cinco pessoas que militaram na AP ("Ação Popular") durante a vigência da ditadura.

Se toda produção de pensamento tem um lastro autobiográfico, nesta a implicação da autora é, de início, esclarecida - trata-se também da elaboração de sua própria história, vivida ao longo de onze anos de clandestinidade. Esta configuração, se por um lado facilita e irriga o conhecimento pela intimidade com o tema, por outro, supõe todo um trabalho de distanciamento; e é exatamente este delicado interjogo que se revela produtivo e que resulta num escrito de grande vivacidade, no qual, simultaneamente, a emoção, os ressentimentos e as adesões incondicionais conseguem ser afastadas.

Do ponto de vista metodológico, o livro transcorre em uma possibilidade profícua. A autora tem como material de referência os relatos que são também apresentados ao leitor (entremeando o texto e mais sistematizadamente no final) e a elaboração se faz toda a partir do nível manifesto em si - ou seja, não há a "busca" do latente; o que há é a construção de um arca-bouço metapsicológico que sustenta o próprio manifesto. Este é o outro nível do inusual que me importa sublinhar, pois ele permite pensar mais abrangentemente num processo de relação, muitas vezes tão como inviável, entre o social e o individual.

A Primeira Parte do livro é de caráter histórico, no âmbito em que Maria Auxiliadora localiza a verdade histórica, citando Marguerite Yourcenar ("Memórias de Adriano"):

"Façamos o que fizermos, reconstruímos sempre o monumento à nossa maneira. Mas já é muito não utilizar senão pedras autênticas... o que não significa, como se diz exageradamente, que a verdade histórica seja sempre e em tudo inacessível. Acontece com esta verdade o mesmo que com todas as outras: enganamo-nos mais ou enganamo-nos menos".

A seqüência histórica abrange desde 1961 (os antecedentes do golpe), passando por 1964 (o desencadear, em 31 de março) até 1979, com a decretação da anistia; uma narrativa que traz para a boca da cena os bastidores - inclusive internacionais - onde as decisões ocorreram, e que também vai aproximando o leitor da peculiaridade da militância política na AP e, mais particularmente, da "integração na produção".

Na Segunda Parte, é apresentado o arsenal metapsicológico do qual vai se valer a autora na sua "construção interpretada", que passa pela circulação econômica do princípio do prazer / princípio de realidade e do narcisismo, chegando à questão da *escolha*, que é conectada ao conceito de prazer suficiente (Piera Aulagnier).

Na Terceira Parte está, a meu ver, o apoio conceitual nodal - é onde a *escolha* vai adquirir seu caráter de sustentador da argumentação. Trata-se da *escolha* enquanto

conceito metapsicologicamente alicerçado. A autora recorre novamente a Piera Aulagnier, em sua formulação da causalidade demonstrada / causalidade interpretada. "A causalidade demonstrada é o conjunto de definições às quais o sujeito recorre na sua atribuição de sentido à realidade exterior, conjunto de pressupostos nos quais ele confia porque são acompanhadas de uma "garantia cultural" que lhe assegura que foram submetidos às verificações exigíveis e exigidas...".

No caso do militante, a causalidade demonstrada é: não há liberdade para o opositor dentro de um regime militar. Diz-nos Maria Auxiliadora: "... se for um opositor militante, pertencente a uma organização tornada ilegal e perseguida, o opositor se verá diante da hipótese da clandestinidade. Neste momento deverá fazer uma interpretação da causalidade demonstrada. Isto é, diante do campo sócio-político, que fazer? A resposta a esta pergunta é que possibilitará o encontro entre o sujeito e a realidade". A resposta encontrada é a que faz a escolha.

No processo de metabolização da escolha e em sua manutenção ativa, a presença do outro, do companheiro de militância, é fundamental: "mergulhar na decisão de uma escolha não é um ato solitário".

A escolha está, por outro lado, atravessada pelo inconsciente e portanto, pela singularidade da conflitividade de cada militante. O que permite à autora o trabalho sobre os depoimentos única e exclusivamente no que eles *querem* dizer é o próprio suporte conceitual - a *escolha* enquanto interpretação de uma dada realidade. O foco de interesse é a modalidade desta interpretação - seu caráter vital, seu caráter de coletivo e seu caráter de intenso investimento em um ideal: "admitindo o enlace grupal como expressão de investimento libidinal; admitindo que cada um dos que investem neste grupo está comprometido com um investimento narcísico e finalmente, admitindo que é um objeto comum a todos que é idealizado, podemos entender a idealização como expressão de uma triplíce descrição".

Nesta parte do livro encontra-se também a descrição dos três tempos da escolha, com a revelação, a cada um deles, dos recursos dos quais o clandestino vai se valendo em sua ação, que se faz de riscos cada vez maiores, de limitações crescentes no cotidiano e, ao mesmo tempo, de zelo e amor em relação à vida - vida enquanto sobrevivência e enquanto integridade psíquica.

Ao término desta Terceira Parte, encerrando o livro, Maria Auxiliadora propõe-se a uma "interpretação de tipo novo"; apoia-se em Monique Schneider, quando esta propõe a "idéia de uma metamorfose psíquica por expansão ou explosão, cessado o constrangimento limitante (da situação de clandestinidade)". Esta transformação permanece incorporada no território psíquico de quem viveu a clandestinidade, tal como, quem sabe, "um cactus, que tem seu caule engrossado, guardando amplas reservas de água, por viver em terreno arenoso e em clima tórrido e hostil. Quase sempre os cactos trazem espinhos. E quase sempre, também, produzem flores raras dotadas de longa durabilidade".

A flor rara que a autora nos entrega neste seu livro - e que assim o é para os que coincidem com esta causalidade demonstrada sobre o terror que esmaga os direitos individuais, intimidando, torturando e matando.

As citações literárias que Maria Auxiliadora faz, bem como suas próprias metaforizações, salpicam o texto em justa medida, sendo de ordem tal a não funcionarem colateralmente, mas como suportes que fazem amálgama com outros, os conceituais e conferem ao texto um tom geral pungentemente poético.

O que mais há a desejar de um livro que é resultante de uma experiência pessoal determinante, que consegue ser processada em pensamento que se torna transmissão, ensinando e que, ensinando, comove? Que a autora continue a escrever...

Janete Frochtengarten é
Psicanalista, membro do
Departamento de Psicanálise
do Instituto Sedes Sapientiae.